

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE
GERÊNCIA DE INSTALAÇÃO - GEINS

PROJETO DE ENGENHARIA
PARA CONSTRUÇÃO
DO FÓRUM CÍVEL
NA CIDADE DA JUSTIÇA

VOLUME 15
PROJETO DE SINALIZAÇÃO

ABRIL / 2024

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A construção do Terceiro Prédio na Cidade da Justiça em Rio Branco destina-se a acomodar as Varas Judiciais recém-criadas e as demais que serão brevemente transferidas do Fórum Barão, o qual será desafetado para o Governo do Estado do Acre.

O Tribunal de Justiça do Acre (TJAC), em seu Plano de Obras vigente, prevê a necessidade de mais uma edificação nas dependências da Cidade da Justiça. Essa demanda é prioritária devido à devolução do prédio antigo no centro da cidade, que necessita de significativos reparos e intervenções estruturais, inviabilizando seu uso devido aos custos robustos envolvidos.

A crescente demanda de ações judiciais, juntamente com as novas contratações planejadas em todos os níveis de servidores, aliadas à restrição de espaço existente na área atual, tornam essencial a construção desta nova edificação para atender às necessidades do judiciário acreano.

Em consonância com a Resolução nº 67, de 05 de dezembro de 2013, informamos que este projeto arquitetônico atende na íntegra esta resolução respeitando a arquitetura do projeto original sem alterações na sua compleição física e respeitando a locação na implantação original.

Para a implantação do prédio e do estacionamento, foi necessário realizar o projeto de terraplenagem do terreno, com segmentos de corte e aterro. O material resultante do corte será destinado a uma área de descarte (bota-fora), enquanto o material de aterro será proveniente da caixa de empréstimo indicada no projeto.

O pavimento do estacionamento será composto por três camadas: 5 cm de revestimento em concreto asfáltico, 20 cm de base e 20 cm de sub-base, provenientes da jazida indicada no projeto e estabilizadas granulometricamente sem mistura.

A estrutura em concreto armado, com exceção das vigas, que serão em concreto protendido, foi concebida para proporcionar um ambiente interno na edificação completamente livre de pilares, com vãos amplos que permitem flexibilidade para alterações de layout.

As características geológicas obtidas a partir do estudo do solo indicaram uma boa capacidade de carga nas primeiras camadas do solo. Portanto, foi escolhida a fundação do tipo sapata, devido ao baixo custo de produção e à facilidade de execução, não exigindo equipamentos especiais de escavação.

O projeto de instalação de água fria apresenta elementos gráficos, memoriais, desenhos e especificações técnicas que definem a instalação do sistema de recebimento, alimentação, reservação e distribuição de água fria na edificação.

O sistema foi dimensionado para um consumo diário e contará com um reservatório superior (reservatório elevado) com capacidade para 34,36 m³ e um reservatório inferior com capacidade para 95 m³, a ser compartilhado com o sistema de prevenção de incêndio.

Ambos os reservatórios serão de concreto armado, conforme o projeto estrutural. Além da tubulação de distribuição de água fria interna, também será prevista uma tubulação para limpeza e outra para extravasor, ligadas posteriormente a uma única ligação até a saída.

O projeto das instalações sanitárias também é composto pelos mesmos elementos gráficos e etc., e define a coleta, condução e destino final do esgoto na edificação. As tubulações de esgoto sanitário serão de PVC, incluindo as conexões, de primeira qualidade e executadas conforme o projeto sanitário.

Todo o esgoto da edificação será encaminhado por caixas de inspeção. O esgoto proveniente da pia da cozinha será lançado previamente em uma caixa de gordura e ambos serão direcionados para os sistemas de tratamento de esgoto, conforme localizado em planta.

O projeto das instalações prediais para captação de águas pluviais foi desenvolvido totalmente independente do sistema predial de esgoto sanitário do edifício, não havendo qualquer possibilidade de conexão entre eles.

A água pluvial será captada por meio de ralo seco protegido por grelhas hemisféricas metálicas. O dimensionamento do sistema de drenagem levou em consideração o índice pluviométrico da cidade de Rio Branco e o volume de água que cai sobre a laje de cobertura, conforme NBR 10844/1989.

A água drenada desce da cobertura, passa por shafts até o nível térreo e é encaminhada, juntamente com as águas pluviais coletadas do estacionamento, para a rede pública de drenagem, sendo despejada em boca de lobo existente.

A elaboração do projeto de instalações elétricas foi precedido pela etapa inicial de levantamento completo das necessidades de energia elétrica, incluindo demanda de energia para iluminação, equipamentos de escritório, sistemas de climatização, equipamentos de segurança, entre outros.

De posse dessas informações submetemos a análise da equipe responsável do tribunal de justiça o projeto luminotécnico e o posicionamento das tomadas e interruptores.

Com base nos requisitos levantados e aprovados, foi dimensionada a carga elétrica total, considerando a demanda máxima de energia em diferentes áreas e horários de pico.

Com a carga elétrica determinada, foram selecionados os equipamentos e dispositivos elétricos adequados, como transformadores, disjuntores, quadros de distribuição, cabos elétricos, luminárias, tomadas, entre outros.

Isso definido, projetamos o layout das instalações elétricas, determinando a localização dos equipamentos e dispositivos elétricos, bem como a rota dos cabos elétricos para garantir uma distribuição eficiente e segura da energia elétrica por todo o edifício.

Adicionalmente foram implementadas medidas de proteção e segurança, como disjuntores de proteção contra sobrecargas e curto-circuitos, dispositivos de aterramento, sistemas de proteção contra surtos, iluminação de emergência, entre outros, para garantir a segurança das instalações e dos ocupantes.

Por fim, adotamos medidas para promover a eficiência energética, como o uso de equipamentos e dispositivos de baixo consumo energético, sistemas de automação para controle e gerenciamento da energia, e a implementação de práticas de conservação de energia.

Devido a carga instalada ser de 540 kW, há a necessidade de instalação de uma subestação, o que segue as recomendações das normas da Energisa/Anel (NDU 01 e NDU 02) que exige subestações em unidades consumidoras com carga instalada superior a 75 kVA.

O projeto de cabeamento estruturado foi concebido para garantir uma rede de computadores organizada, funcional e segura. Ele visa estabelecer uma infraestrutura de cabos padronizada e eficiente, que suporte as necessidades atuais de conectividade da edificação.

Ao seguir as melhores práticas de projeto, entregamos o cabeamento estruturado com uma distribuição ordenada e otimizada dos cabos de rede, telefonia, vídeo e outros serviços de comunicação. Isso facilita a identificação, o gerenciamento e a manutenção dos cabos, reduzindo a confusão e o tempo de inatividade na rede.

Além disso, um cabeamento estruturado bem projetado contribui para a segurança da rede, minimizando interferências eletromagnéticas, reduzindo o risco de falhas de transmissão de dados e protegendo contra ameaças externas, como intrusões e interceptações de dados.

O Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA) é fundamental para garantir a segurança de pessoas e edificações durante tempestades elétricas. Nesse projeto, em tela foi escolhido o tipo misto com gaiola de Faraday e esfera rolante oferece uma abordagem robusta para proteger contra descargas atmosféricas.

A Gaiola de Faraday, composta por um emalhado de condutores que envolvem toda a estrutura a proteger, oferece uma proteção eficaz ao criar um campo elétrico uniforme ao redor da edificação. Os captos e baixadas interligados à rede de terra ajudam a direcionar e dissipar as descargas atmosféricas com segurança.

Por outro lado, o método da esfera rolante complementa a proteção, garantindo que as descargas atmosféricas sejam desviadas antes mesmo de atingirem a estrutura. Fazendo a esfera fictícia girar sobre o topo e as fachadas da edificação, os captos lançados impedem que a esfera toque na superfície da edificação, proporcionando uma camada adicional de segurança.

Ao combinar esses dois métodos, o sistema misto oferece uma proteção abrangente contra descargas atmosféricas, garantindo a segurança de pessoas, edificações, tubulações e outros elementos vulneráveis durante tempestades elétricas.

Para monitoramento e vigilância, foi desenvolvido o projeto de CFTV, que visa captar e registrar incidentes de segurança, bem como casos de vandalismo, comportamento indevido, assaltos, dentre outros.

A aprovação do posicionamento das câmeras e do sistema pelo setor responsável do TJAC foi fundamental para garantir uma cobertura adequada e uma vigilância eficaz de todas as áreas relevantes. O monitoramento em tempo real e remoto possibilita que a equipe de segurança esteja ciente do que está ocorrendo em cada ambiente a qualquer momento, permitindo ações imediatas em caso de necessidade.

Além disso, a presença visível do sistema de CFTV tem um efeito dissuasor sobre atividades criminosas, pois os potenciais infratores sabem que estão sendo observados e que suas ações estão sendo registradas. Isso ajuda a criar um ambiente mais seguro e protegido para todos os envolvidos no Tribunal de Justiça do Acre.

Para as instalações mecânicas optamos pelo sistema em VRF (Fluxo de Refrigerante Variável) essencialmente pela padronização e consistência, uma vez que ao optar por esse sistema permitiria manter a padronização com outras edificações tanto da cidade da Justiça quanto da Sede do Tribunal, facilitando a manutenção e o gerenciamento. Isso é especialmente importante em ambientes onde a consistência é necessária para garantir eficiência operacional e facilidade de manutenção.

Além disso, a eficiência energética do sistema VRF é um grande benefício, pois permite uma adaptação precisa

da capacidade de refrigeração ou aquecimento de acordo com as necessidades de cada área ou zona da edificação. Isso não apenas reduz os custos operacionais, mas também contribui para a sustentabilidade ambiental, minimizando o consumo desnecessário de energia.

O controle independente da temperatura em diferentes áreas proporciona um conforto personalizado para os ocupantes, ao mesmo tempo em que permite uma gestão mais eficiente dos recursos energéticos. Essa flexibilidade é especialmente valiosa em ambientes onde as demandas de climatização podem variar significativamente de uma área para outra.

Por fim, elaboramos o projeto de sinalização de estacionamento para garantir a segurança, a organização e a eficiência do fluxo de veículos dentro da área de estacionamento no subsolo e o estacionamento externo.

2. MEMORIAL DESCRITIVO

Construção do Fórum Cível na Cidade da Justiça: Volume 15 – Projeto de Sinalização

2.1 Apresentação

A empresa Vetor Engenharia Ltda, apresenta à Gerência de Instalação, GEINS, para fins de apreciação, o memorial descritivo do projeto de sinalização, relativas ao Projeto de Engenharia para Implantação do Fórum Cível na Cidade da Justiça, no município de Rio Branco.

Os volumes constituintes deste projeto foram assim definidos:

- Volume 01 - Projeto de Arquitetura
- Volume 02 - Projeto Luminotécnico
- Volume 03 - Projeto de Terraplanagem
- Volume 04 - Projeto de Pavimentação
- Volume 05 - Projeto de Estruturas de Concreto
- Volume 06 - Projeto de Instalações Hidráulicas
- Volume 07 - Projeto de Instalações Sanitárias
- Volume 08 - Projeto de Instalações de Drenagem
- Volume 09 - Projeto de Prevenção Contra Incêndio e Pânico
- Volume 10 - Projeto de Instalações Elétricas
- Volume 11 - Projeto de Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA)
- Volume 12 - Projeto de Instalações de Cabeamento Estruturado
- Volume 13 - Projeto de Instalações de Circuito Fechado de TV
- Volume 14 - Projeto de Instalações Mecânicas
- Volume 15 - Projeto de Sinalização
- Volume 16 - Orçamento e Planejamento da Obra

Estes volumes, se conveniente, são divididos por Tomos. Cada Volume ou Tomo contém a metodologia que orienta a condução de cada etapa específica, discriminando os resultados obtidos, os quais são completados com tabelas, gráficos e desenhos referentes aos seus conteúdos.

Este é o Volume 15, que contém o memorial descritivo dos elementos que o compõem discriminando as soluções adotadas, os elementos que compõem os sistemas, a memória de cálculo, com conceito e síntese, onde justificamos as escolhas indicadas, as normas utilizadas e os materiais empregados.

E ainda juntado, as especificações técnicas que norteará a fiscalização nos procedimentos a serem tomados à execução, controle, medição e pagamentos dos serviços, além do detalhamento gráfico.

2.2 Solução Adotada

O presente projeto define a sinalização de trânsito a ser implantada, tanto nas vias e no estacionamento interno, quanto nas vias públicas externas de acesso ao empreendimento. Foram utilizados recursos da sinalização horizontal e vertical prevista na legislação de trânsito brasileira para ordenar e organizar a circulação de veículos e pedestres no empreendimento.

Ao todo foram disponibilizadas 101 vagas para veículos e motocicletas, como segue abaixo:

- 67 vagas para veículos leves e caminhonetes
- 08 vagas para deficientes
- 08 vagas para idosos
- 15 vagas para motocicletas
- 03 vagas para outros

As vagas acima foram distribuídas entre o percurso percorrido até o prédio a ser implantado, foi projetado um pequeno estacionamento próximo a guarita e o principal que situa-se ao lado do prédio, há também o estacionamento no subsolo. O estacionamento externo será para atendimento ao público geral e funcionários, e o do subsolo será privativo, para atender os juízes entre outros.

2.3 Sinalização Viária

As sinalizações dividem-se em dois tipos: vertical e horizontal.

A sinalização vertical é um subsistema da sinalização viária, que se utiliza de sinais apostos sobre placas fixadas na posição vertical, ao lado ou suspensas sobre a pista, transmitindo mensagens de caráter permanente ou, eventualmente, variável, mediante símbolos e/ou legendas preestabelecidas e legalmente instituídas.

A sinalização horizontal tem a finalidade de fornecer informações que permitam aos usuários das vias adotarem comportamentos adequados, de modo a aumentar a segurança e fluidez do trânsito, ordenar o fluxo de tráfego, canalizar e orientar os usuários da via.

2.4 Cálculo do Número de Vagas do Estacionamento

De acordo com o Plano Diretor de Rio Branco, anexo II – Vagas para estacionamento, a categoria para cálculo da quantidade de vagas equivale a:

Órgãos ou Instituições Públicas – 1 (uma) vaga para cada 40m² de unidade ou fração.

Portanto, seguindo as exigências mínimas temos:

- Área total Construída = 3.476,25 m²

$(3.476,25 \text{ m}^2 / 40\text{m}^2) = 86,90 = \mathbf{87 \text{ vagas}}$

Considerando as prescrições legais referentes a vagas em estacionamentos para pessoas com deficiência e idosos, dentro do total de vagas ofertadas no presente empreendimento, foram destinadas vagas para atender as pessoas com deficiência e idosos.

Sendo assim, o total de vagas reservadas a pessoas com deficiência segundo a Resolução nº 304 de 18 de dezembro de 2008 do CONTRAN, corresponde a 2% da quantidade total de vagas.

Então, temos a seguir o cálculo da quantidade de vagas reservadas para pessoas com deficiência necessárias para satisfazer a legislação.

$87 \times 2\% = 1,74 = \mathbf{2 \text{ vagas}}$ (Contudo, foram reservadas 8 (oito) vagas)

Já quanto as vagas para idosos, o total de vagas reservadas segundo a Resolução nº 303 de 18 de dezembro de 2008 do CONTRAN, corresponde a 5% da quantidade total de vagas.

Portanto, temos a seguir o cálculo da quantidade de vagas reservadas para idosos necessárias para atender a legislação.

$87 \times 5\% = 4,35 = \mathbf{5 \text{ vagas}}$ (Contudo, foram reservadas 8 (oito) vagas)

Logo, foram reservadas no total 16 (dezesesseis) vagas para pessoas com deficiência e idosos, distribuídas da seguinte maneira:

08 (oito) vagas para pessoas com deficiência.

08 (oito) vagas para idosos.

2.5 Placas de Sinalização

As placas deverão ser confeccionadas em chapas finas de aço de baixa liga e alta resistência mecânica, resistentes à corrosão atmosférica, conforme a norma NBR-5920 ou ABNT EB-901, e na espessura mínima de 1,25mm. Também podem ser confeccionadas com alumínio, plástico reforçado e madeira imunizada. Deverão apresentar um ângulo de 3° de inclinação – posição e sinal com relação à direção de trânsito.

De acordo com o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), o verso da placa deve ser na cor preto e face frontal nas cores padronizadas. Podem ou não apresentar furos em sua face (de acordo com o sistema de fixação utilizado), e deve ter suas faces perfeitamente lisas e planas, sem rugosidades ou rebarbas, e não possuir rebordos periféricos.

a. Tratamento

Depois de cortadas e furadas, as chapas deverão ter as bordas lixadas e receber tratamento que compreenda desengraxamento, decapagem e fosfotização, com espessura de camada mínima igual a micra.

b. Acabamento

O acabamento deverá ser feito com uma demão de primer sintético e duas demãos de tinta esmalte branco ou amarelo, conforme a placa, com o verso preto, secagem em estufa à temperatura de 140°C, admitindo-se pintura pelo processo eletrostático a pó.

Todas as placas quadradas e retangulares deverão ter suas bordas arredondadas de forma a evitar acidentes.

2.6 Sinalização Horizontal

A sinalização horizontal é um subsistema da sinalização viária que se utiliza de marcas viárias apostas ao pavimento da via. Exerce fundamental importância na organização do fluxo de veículos e pedestres. Os sinais pintados no pavimento têm como função controlar e orientar os deslocamentos em situações com problemas de geometria, topografia ou frente a obstáculos, regulamentar, advertir ou indicar aos usuários da via, complementarmente aos sinais verticais.

O projeto de Sinalização Vertical obedeceu ao disposto no “Código de Trânsito Brasileiro”, em especial a Resolução 236 do CONTRAN.

Os sinais utilizados neste projeto são:

- Linhas de divisão de fluxos opostos (LFO);
- Linhas de divisão de fluxos de mesmo sentido (LMS);
- Linhas de continuação (LCO);
- Linhas de canalização (LCA);
- Linha de retenção indicativa de parada (LRE);
- Faixa de Travessia de Pedestres (FTP).

A utilização das cores deve ser feita obedecendo-se aos critérios abaixo e ao padrão Munsell indicado ou outro que venha a substituir, de acordo com as normas da ABNT.

Cor	Tonalidade
Amarela	10 YR 7,5/14
Branca	N 9,5
Vermelha	7,5 R 4/14
Azul	5 PB 2/8
Preta	N 0,5

2.7 Postes em Aço

Os postes serão confeccionados em aço, com 50mm de diâmetro e altura mínima de 3,30m, salvo indicação contrária feita por escrito através do fiscal responsável. Os serviços complementares deverão ter a orientação da fiscalização.

2.8 Sinalizadores Sonoros Intermitentes Situados na Entrada e Saída de Veículos

De acordo com a NBR 9050 os alarmes sonoros devem atender às seguintes condições:

- a) ter intensidade e frequência entre 500 Hz e 3 000 Hz;
- b) frequência variável alternadamente entre som grave e agudo, se o ambiente tiver muitos obstáculos sonoros (colunas ou vedos);
- c) intermitência de 1 a 3 vezes por segundo;
- d) intensidade de no mínimo 15 dBA superior ao ruído médio do local ou 5 dBA acima do ruído máximo do local.

Recomenda-se adotar em ambientes externos valores entre 60 dBA a 80 dBA, sendo recomendado utilizar o valor de 60 dBA.

2.9 Calçadas Internas e Passeio Público

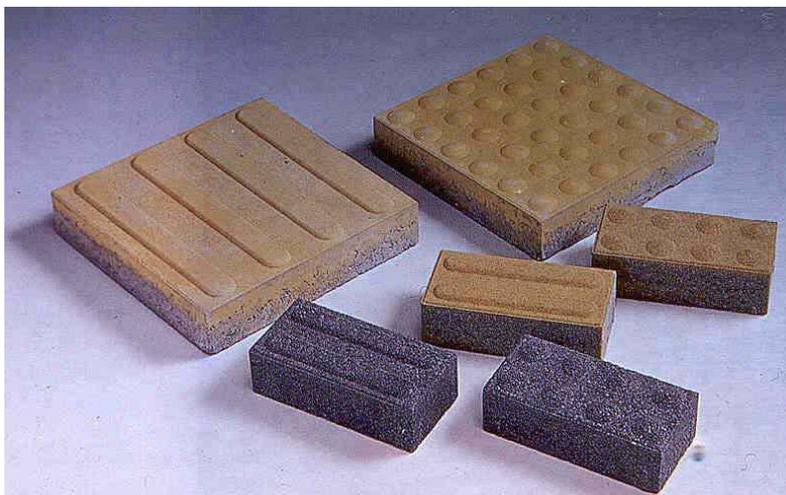
As calçadas internas do condomínio, bem como o passeio público frontal serão executados em concreto armado moldado "in loco" com espessuras de 7cm na circulação de pedestres e 15cm na faixa de travessia de veículos, além de juntas de dilatação, acabamento desempenado, com superfície regular e previsão de pisos táteis conforme estabelecido na ABNT NBR 9050:2015.

Já as calçadas de acesso ao pórtico de entrada constituído pela guarita e central de GLP, bem como o piso da área de circulação externa a estes ambientes, serão executadas com piso industrial Fulget, cor clara.

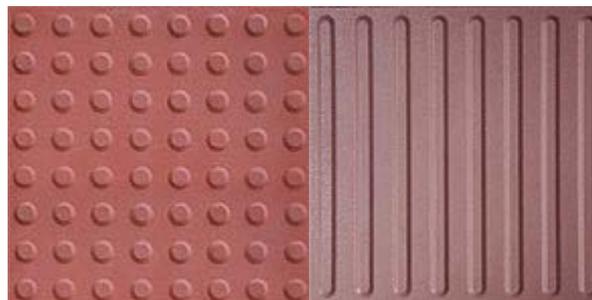
2.10 Instalações de Sinalização Tátil de Alerta E Direcional

Piso Tátil é o piso diferenciado com textura e cor sempre em destaque com o piso que estiver ao redor. Deve ser perceptível por pessoas com deficiência visual e baixa visão. É importante saber que o piso tátil tem a função de orientar pessoas com deficiência visual ou com baixa visão.

Pode parecer abstrato para as pessoas que enxergam, mas para o deficiente visual e a pessoa com baixa visão este piso é fundamental para dar autonomia e segurança no dia a dia.



Existem dois tipos de piso tátil: piso tátil de alerta e piso tátil direcional.



Alerta

Direcional

O piso tátil de alerta é conhecido popularmente como “piso de bolinha”.

Sua função, como o próprio nome já diz, é alertar. Por isso é instalado em início e término de escadas e rampas; em frente à porta de elevadores, etc. A cor contrastante serve para auxiliar a pessoa que tem baixa visão. O piso tátil serve para indicar:

- Rebaixamento calçadas;
- Obstáculos em balanço sobre o passeio;
- Porta de elevadores;
- Desníveis como vãos, plataformas de embarque/desembarque e palcos;
- No início e término de escadas e rampas.

A função do piso tátil direcional é direcionar e orientar o trajeto. Em locais amplos onde não tem ponto de referência que seja detectado com a bengala, o piso tátil direcional serve como guia direcional.

O excesso deste piso ou a colocação em locais inadequados pode confundir e atrapalhar a locomoção. Deve ser utilizado:

- Onde a guia de balizamento não seja contínua e em espaços amplos;
- Ter textura c/ seção trapezoidal;
- Ser instalado no sentido do deslocamento;
- Ter largura entre 20 e 60 cm;
- Ser cromo diferenciado.

3. DETALHAMENTO GRÁFICO

Construção do Fórum Cível na Cidade da Justiça: Volume 15 – Projeto de Sinalização

O detalhamento gráfico do projeto de Sinalização é apresentado em 02 (dois) pranchas com os seguintes conteúdos:

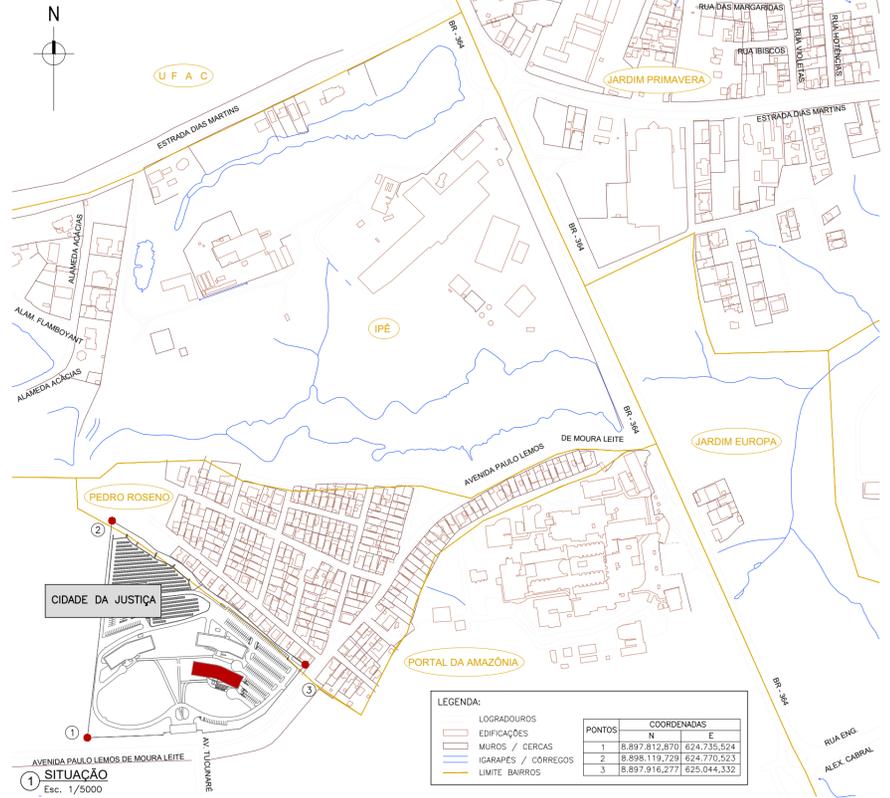
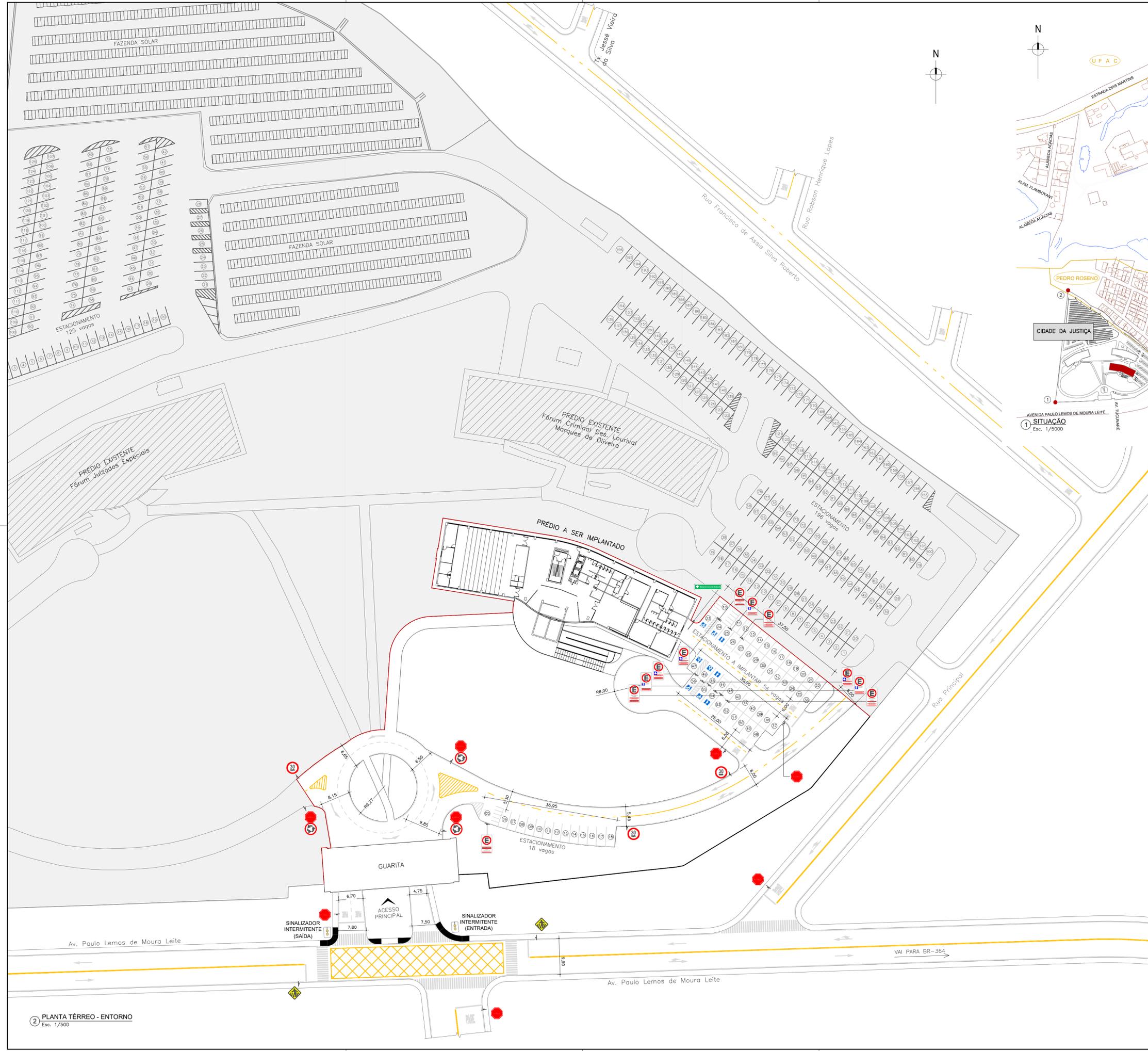
- Folha 01: Situação e Planta Térreo - Entorno;
- Folha 02: Planta Subsolo, Guarita - Fachada Frontal e Detalhes Construtivos.

As pranchas que fazem parte deste volume são apresentadas na sequência.

Rio Branco-AC, 23 de Abril de 2024.

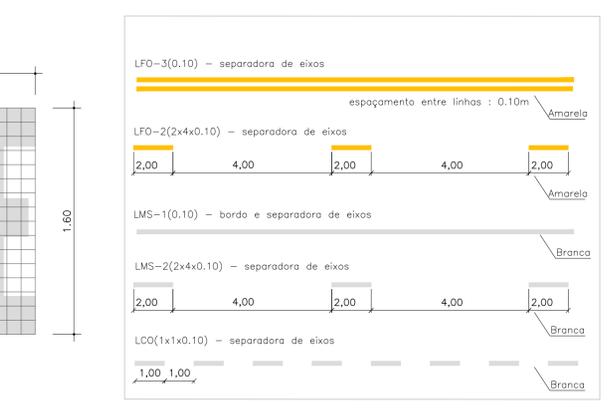
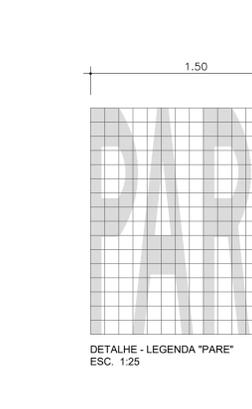
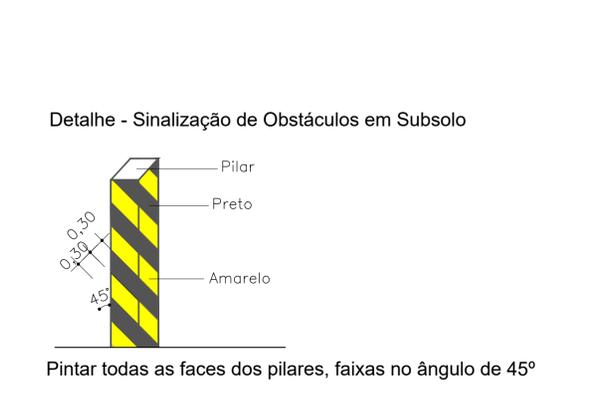
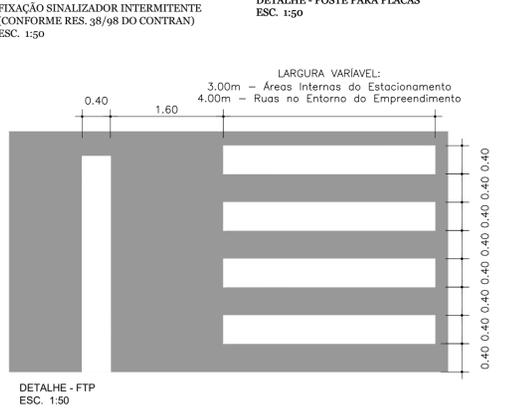
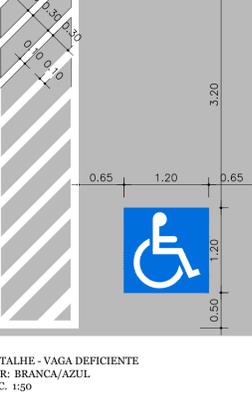
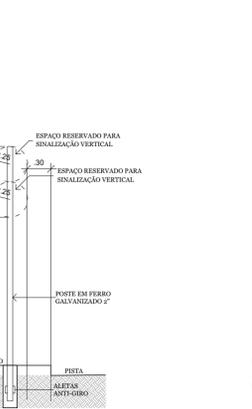
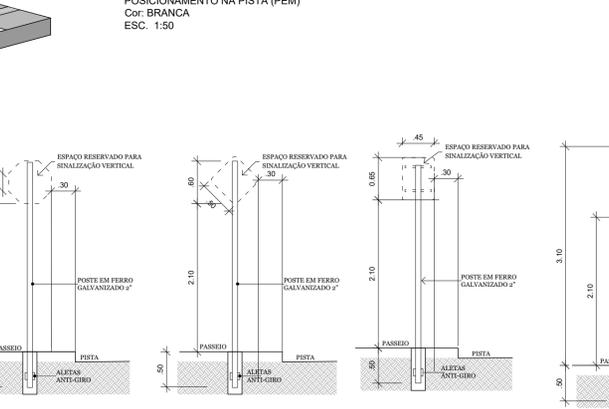
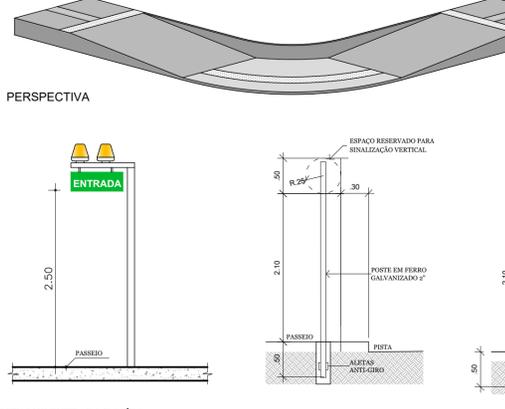
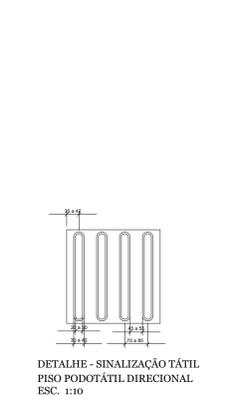
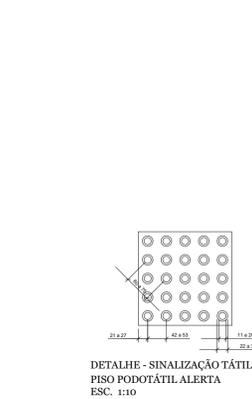
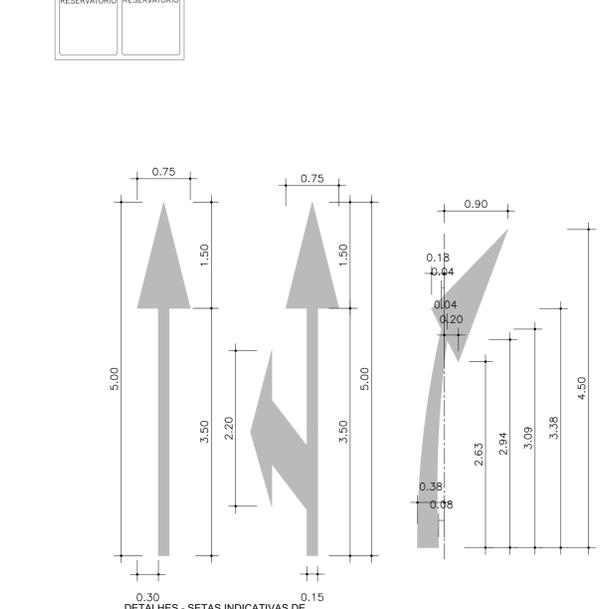
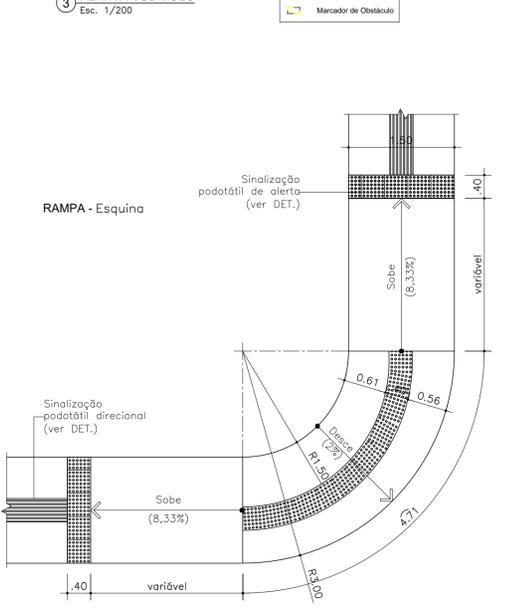
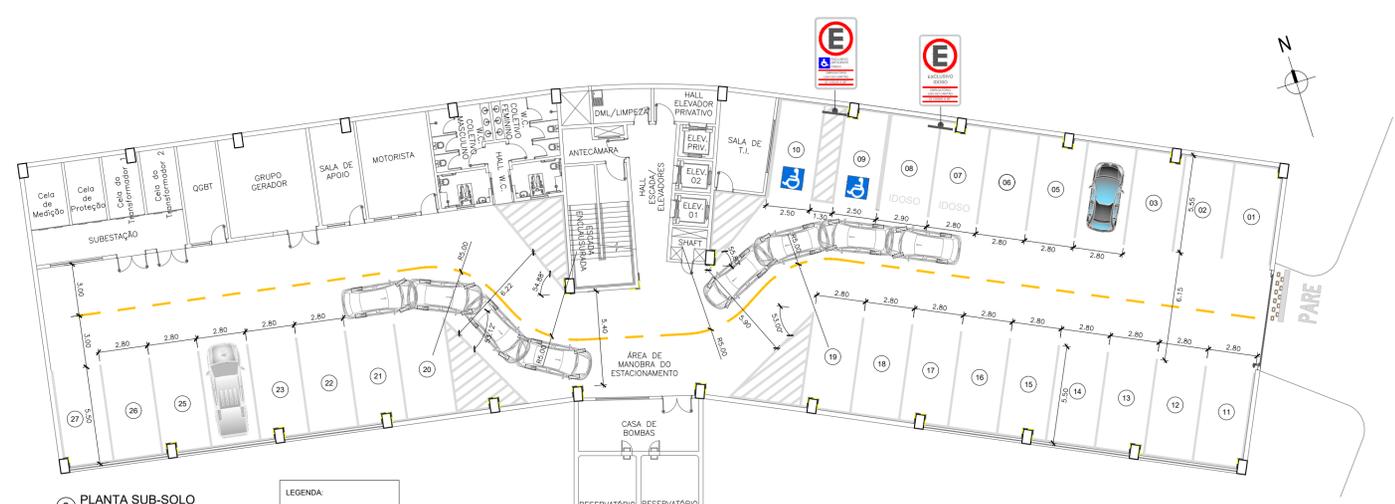


Responsável Técnico
Sidfran Camargo Nunes
Arqº e Urbanista – CAU Nº A237881-7



APROVAÇÃO:					
PROJETO DE TRÂNSITO ESTACIONAMENTO E VIA DE ACESSO SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL					
Obra:	PROJETO PARA IMPLANTAÇÃO DO 3º PRÉDIO DA CIDADE DA JUSTIÇA				
Endereço:	AV. PAULO LEMOS DE MOURA LEITE, RIO BRANCO - AC				
Bairro:	BAIRRO PEDRO ROSENO				
Contratante:	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE				
Endereço do proprietário:	Rua Tribunal de Justiça, s/n. Via Verde, 69.915-631 - Rio Branco-AC				
Proprietário:	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE				
Assinatura:					
Conteúdo da prancha:	SITUAÇÃO E PLANTA TÉRREO - ENTORNO				Número da ART:
Autor do Projeto:	Sidfran Camargo Nunes Arqº e Urbanista - CAU Nº A237881-7				Desenho: SIDFRAN NUNES
Responsável Técnico:					Data: ABRIL / 2024 REV00
QUADRO DE ÁREAS (m²)	ÁREA EXISTENTE REGULAR	ÁREA EXISTENTE A REGULARIZAR	Á CONSTRUIR	ÚTIL	OUTROS
TÉRREO E DEMAIS PAVIMENTOS	----	----	6.693,65 m²	3.476,25 m²	----
TOTAL			6.693,65 m²	3.476,25 m²	
QUADRO DE VAGAS	AUTOMÓVEIS E CAMINHONETES	MOTOCICLETAS	P.N.E	IDOSOS	GESTANTES
QUANTIDADE (un.)	67	15	08	08	03

2 PLANTA TÉRREO - ENTORNO
Esc. 1/500



SINALIZAÇÃO VERTICAL											
DESENHO	TIPO	DISCRIMINAÇÃO	CÓDIGO	DIMENSÃO (m)	QUANT. (un.)	DESENHO	TIPO	DISCRIMINAÇÃO	CÓDIGO	DIMENSÃO (m)	QUANT. (un.)
	Advertência	Passagem sinalizada de pedestres	A-32b	L=0,50	02		Indicação	Entrada	-	0,80x0,40	01
	Regulamentação	Parada Obrigatória	R-1	L=0,25	08		Indicação	Saída	-	0,80x0,40	01
	Regulamentação	Velocidade Máxima Permitida	R-19	Ø=0,50	03		Entrada	Estacionamento Subsolo	-	2,50x0,40	01
	Regulamentação	Sentido de circulação na rotatória	R-25b	Ø=0,50	03						
	Regulamentação Complementar	Vaga para motos	R-6b	0,45x0,65	02						
	Regulamentação Complementar	Vaga para Pessoas com Deficiência	R-6b (DEF)	0,45x0,65	04						
	Regulamentação Complementar	Vaga para Idoso	R-6b (IDO)	0,45x0,65	04						
	Regulamentação Complementar	Vaga para Gestante	R-6b (GES)	0,45x0,65	03						

APROVAÇÃO:					
PROJETO DE TRÂNSITO ESTACIONAMENTO E VIA DE ACESSO SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL					
Obra:	PROJETO PARA IMPLANTAÇÃO DO 3º PRÉDIO DA CIDADE DA JUSTIÇA				
Endereço:	AV. PAULO LEMOS DE MOURA LEITE, RIO BRANCO - AC				
Bairro:	BAIRRO PEDRO ROSENO				
Contratante:	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE				
Endereço do proprietário:	Rua Tribunal de Justiça, s/n. Via Verde, 69.915-631 - Rio Branco-AC				
Proprietário:	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE				
Assinatura:					
Conteúdo da prancha:	PLANTA SUB-SOLO, GUARITA - FACHADA FRONTAL E DETALHES CONSTRUTIVOS				Número da ART:
Autor do Projeto:	Sidfran Camargo Nunes Arqº e Urbanista - CAU Nº A237881-7				Desenho: SIDFRAN NUNES
Responsável Técnico:					Data: ABRIL / 2024 REV00
QUADRO DE ÁREAS (m²)	ÁREA EXISTENTE REGULAR	ÁREA EXISTENTE A REGULARIZAR	A CONSTRUIR	ÚTIL	OUTROS
TÉRREO E DEMAIS PAVIMENTOS	----	----	6.693,65 m²	3.476,25 m²	----
TOTAL			6.693,65 m²	3.476,25 m²	
QUADRO DE VAGAS	AUTOMÓVEIS E CAMINHONETES	MOTOCICLETAS	P.N.E	IDOSOS	GESTANTES
QUANTIDADE (un.)	67	15	08	08	03

2
2